

Economia Brasil

Uma agenda para a crise

VITOR BUAIZ

O Brasil vive um momento grave, como foi enfatizado no pronunciamento do presidente Fernando Henrique há poucos dias. Nesses termos, passadas as eleições será imprescindível estabelecer um diálogo nacional em busca de um pacto social, de forma a se avançar no debate sobre as causas da crise e as alternativas para a sua superação.

O país caminha para a recessão por causa tanto das crises nos mercados financeiros e do desaquecimento da economia mundial quanto do modelo traçado para preservar a estabilidade monetária. Não podemos continuar vulneráveis à oscilação das bolsas e à decisão das instituições financeiras internacionais sem tomar medidas preventivas que assegurem um mínimo de autonomia na formulação das políticas econômicas.

Não há como questionar a importância da estabilidade monetária, um patrimônio que pertence a toda a sociedade brasileira. Entretanto juros escorchantes levando as empresas brasileiras à falência

e travando o crescimento econômico criam uma situação que não pode ser tida como caminho inevitável para superarmos o período de incerteza que atraímos.

Diante desse quadro, o Governo federal não pode se isolar e rejeitar o debate político. A sociedade tem que saber claramente a posição do próprio Governo e, a partir daí, participar e influenciar na decisão de negociar novamente com o sistema financeiro internacional e o FMI.

Estabelecido o diálogo, entidades nacionais como OAB, CNBB, ABI, centrais sindicais, Frente Nacional de Prefeitos, além de lideranças políticas e empresariais, terão oportunidade de também manifestar suas posições em torno da política econômica e sobre as relações do nosso país, no contexto da reconstrução de uma nova ordem econômica internacional.

Somos de opinião que esse debate deveria se iniciar logo, de imediato. Muitas das medidas de austeridade foram implementadas na administração pública no decorrer dos atuais mandatos. Além dis-

so, o orçamento para 1999 está sendo elaborado pelos atuais governantes e deputados e não pelos recém-eleitos.

Do ponto de vista dos partidos de oposição, o debate será travado no Congresso Nacional sobre as reformas que são mais necessárias e urgentes.

Como governador do Espírito Santo, um estado onde desde o início do atual mandato tem-se realizado uma reforma do Estado, com cortes de privilégios, gastos, custeos e investimentos, posso dizer que temos feito o nosso dever de casa. Mexemos até, de forma pioneira, na previdência estadual.

Ao contrariar interesses e privilégios corporativos, enfrentamos incompreensões e desgaste político. E, muitas vezes, sem que tivéssemos a solidariedade ou contrapartida do Governo federal para minorar parte desses problemas políticos ou de carência de recursos.

Na verdade, o acerto das contas públicas de governos estaduais e municipais estaria sendo mais eficazmente obtido se o Governo federal tivesse articulado uma ação integrada com os governadores antes do aprofundamento da crise. A renegociação das dívidas se efetivou tarde, na segunda metade dos atuais mandatos e em um contexto de agravamento das suas situações financeiras. Uma série de fatores conjunturais impôs constrangimentos às administrações estaduais. E o mais grave é que a queima de ativos em cada estado acabou por adiar o enfrentamento do problema.

Agora, com o agravamento do quadro financeiro internacional, corre-se para tomar medidas e aumentar o controle sobre todos os segmentos do aparelho de Estado.

O problema é que, para atingir tal objetivo, pretende-se promover uma reforma tributária que, conforme se tem no-

tícia, deverá extinguir tributos municipais e estaduais. Seria criado um número reduzido de tributos que seriam recolhidos primeiramente aos cofres federais, para posterior distribuição e repasse aos estados e municípios.

A questão tributária é assunto extremamente delicado. Na negociação para a aprovação da Lei Kandir pelo Congresso Nacional, o Governo federal assumiu compromissos compensatórios que, depois, não foram devidamente honrados em relação aos estados exportadores como, por exemplo, o Espírito Santo, que tem um crédito da ordem de 178 milhões de reais. Este foi um precedente desagradável e perigoso.

Para evitar um agravamento do quadro e um esfacelamento ainda maior do pacto federativo, o que importa, agora, é estimular o debate em torno de uma união nacional, e que se estabeleça uma agenda mínima de discussão sobre como fortalecer o Brasil para enfrentar e vencer a crise.

Não podemos continuar vulneráveis à oscilação das bolsas

VITOR BUAIZ é governador do Espírito Santo.